

Entre a margem e o futuro: o Ecomuseu de Sepetiba e o voluntariado como resistência em tempos de risco

Bianca de Moura Wild

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS.

Ricardo Lopes Correia

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS.

Resumo

Este trabalho analisa a experiência do Ecomuseu de Sepetiba como prática de resistência simbólica e reconstrução coletiva da memória em um território periférico da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Inserido em uma realidade marcada por exclusão social, racismo ambiental e negligência do Estado, o Ecomuseu mobiliza a museologia social e a ação voluntária como instrumentos de fortalecimento do pertencimento, da cidadania e da transformação local. A partir de uma abordagem interdisciplinar e crítica, fundamentada em autores como Bourdieu, Boltanski e Thévenot, Tajfel e Turner, discutem-se os limites, contradições e potências do voluntariado comunitário frente aos dilemas das sociedades em risco. O Ecomuseu se constitui como um espaço glocal de criação coletiva, em que memória, identidade e meio ambiente se articulam como práticas insurgentes de reexistência e esperança. Em tempos de apagamentos e ameaças ao comum, Sepetiba resiste — e narra — como campo de futuros (im)possíveis.

Palavras-chave: Museologia social; Memória coletiva; Voluntariado; Racismo ambiental; Território periférico.

Introdução

A emergência de iniciativas comunitárias voltadas à preservação de memórias locais, sobretudo em territórios periféricos, evidencia formas de resistência diante de desigualdades históricas e processos de invisibilização. Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o bairro de Sepetiba carrega marcas de exclusão social, degradação ambiental e ausência de políticas públicas – um cenário que expressa, de modo contundente, o que autores denominam racismo ambiental (ACSELRAD, 2004; BULLARD, 2005). Nesse contexto, a constituição do Ecomuseu de Sepetiba inscreve-se como prática de insurgência simbólica, assumindo a memória como elemento basilar para renovação de pertencimentos e de fortalecimento do tecido social.

A museologia social, tal como delineada por Hugues de Varine (2013), desloca o foco do objeto para o sujeito, compreendendo o território, as narrativas e os modos de vida como patrimônios em disputa e construção permanente. Essa perspectiva, amplamente debatida por autores brasileiros (CHAGAS, 2007; PRIOSTI, 2019; MATTOS, 2021; PRIMO, 2020), propõe uma museologia comprometida com a cidadania, com a gestão compartilhada do patrimônio e com a justiça social. Sob

tal enfoque, o Ecomuseu de Sepetiba torna-se um espaço glocal – simultaneamente enraizado no território e aberto a redes mais amplas de diálogo –, onde se articulam memória, identidade e meio ambiente como instrumentos de ação coletiva.

Do ponto de vista sociológico, compreender a dinâmica desse ecomuseu implica reconhecer as dimensões de capital simbólico e habitus (BOURDIEU, 1989), as formas de justificação e construção de sentido em arenas de disputa (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) e os processos de categorização social que informam pertencimento e alteridade (TAJFEL; TURNER, 1986). A atuação voluntária e o engajamento comunitário, longe de serem neutros, carregam contradições e limites em sociedades marcadas por riscos e desigualdades, mas também revelam potências de reorganização social e emancipação (GIDDENS, 1991; BECK, 2010).

Assim, ao analisar a experiência do Ecomuseu de Sepetiba como prática de resistência e reexistência, este trabalho propõe refletir sobre os modos pelos quais a ação comunitária, a museologia social e a mobilização de memórias insurgentes podem tensionar estruturas de invisibilidade e abrir campos de futuros possíveis. Em tempos de apagamentos e ameaças ao comum, a narrativa construída por Sepetiba é também uma afirmação de cidadania, de direito à memória e de esperança coletiva.

Caminhos históricos e teóricos do voluntariado: entre solidariedade, cidadania e construção de sentidos

Compreender o voluntariado exige um olhar que ultrapasse sua dimensão assistencial e o situe como prática social atravessada por contextos históricos, motivações individuais e disputas simbólicas. Longe de ser um fenômeno recente, a ação voluntária acompanha a humanidade desde os primeiros arranjos comunitários, frequentemente associada a valores de cuidado, hospitalidade e reciprocidade. Nas sociedades ocidentais, sua formalização ganhou corpo a partir das organizações religiosas e confrarias da Idade Média, que prestavam amparo a pobres, doentes e marginalizados, ligando solidariedade a moralidade cristã (ANDION, 2007; MARTINS, 2004).

As transformações trazidas pela Revolução Industrial e a urbanização do século XIX estimularam novas formas de filantropia e engajamento civil, culminando na criação de entidades como a Cruz Vermelha em 1863, marco da profissionalização do voluntariado em contextos humanitários. No século XX, o advento das duas guerras mundiais, a ampliação dos direitos humanos e a emergência de movimentos sociais pluralizaram o escopo do voluntariado, incorporando pautas de igualdade de gênero, justiça social, desenvolvimento sustentável e defesa ambiental (FISCHER, 2002; SAWAIA, 2005).

Na América Latina, o fortalecimento da sociedade civil após as transições democráticas dos anos 1980 reposicionou o voluntariado como ferramenta de participação cidadã e enfrentamento das lacunas deixadas pelo Estado. No Brasil, pesquisas indicam que a prática está profundamente enraizada em experiências históricas de solidariedade – irmandades, associações de bairro, iniciativas comunitárias – mas se reconfigura continuamente à luz de demandas sociais, políticas e culturais (MEIRELLES, 2001; BATISTA, 2003). O voluntariado contemporâneo articula causas, redes e sentidos de pertencimento, oscilando entre altruísmo, estratégias de reconhecimento social e construção de capital simbólico (BOURDIEU, 1989; TEIXEIRA, 2008).

Autores da sociologia pragmática, como Boltanski e Thévenot (2020), contribuem para compreender como os indivíduos justificam suas ações em “economias de grandeza” distintas,

combinando valores cívicos, mercantis, industriais e afetivos na decisão de engajar-se. Esse quadro analítico revela que o voluntariado não é um campo homogêneo, mas atravessado por regimes de justificação, expectativas e possibilidades de negociação. Simultaneamente, a teoria da identidade social (TAJFEL; TURNER, 1986) ajuda a explicar por que a participação voluntária reforça vínculos grupais, autoestima e coesão comunitária, ainda que possa também produzir fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”.

No caso do Ecomuseu de Sepetiba, essas camadas históricas e teóricas iluminam a singularidade de um voluntariado territorializado, endógeno, que nasce da necessidade de ressignificar o bairro, fortalecer laços e construir narrativas próprias em face do racismo ambiental e da invisibilidade social. Mais do que mera doação de tempo, a prática voluntária aqui se entrelaça à luta por reconhecimento, à gestão comunitária da memória e à afirmação de um direito coletivo à história e ao futuro.

Panorama histórico do voluntariado no Brasil

A trajetória do voluntariado brasileiro está profundamente vinculada às práticas de caridade e assistência iniciadas no período colonial. Confrarias, irmandades religiosas e associações beneficentes atuavam no amparo a pobres, órfãos e enfermos, reproduzindo valores cristãos de solidariedade e compaixão (ANDION, 2007). Com a urbanização acelerada do século XIX, surgem instituições filantrópicas laicas, hospitais de caridade e sociedades protetoras, marcando uma passagem gradual de um voluntariado essencialmente religioso para uma filantropia de cunho social (MARTINS, 2004).

No século XX, especialmente a partir da redemocratização pós-1985, o crescimento do chamado terceiro setor deu novo fôlego à ação voluntária. Organizações não governamentais (ONGs), movimentos comunitários e associações de bairro incorporaram agendas de cidadania, direitos humanos, equidade de gênero, combate ao racismo e desenvolvimento sustentável (FISCHER, 2002). A participação de voluntários em iniciativas educacionais, ambientais e culturais tornou-se uma resposta à retração do Estado em áreas sociais, revelando tanto a força da sociedade civil quanto os riscos de substituição de responsabilidades públicas.

Pesquisas recentes, como a “Pesquisa Voluntariado no Brasil” (NACCACHE, 2021), apontam para uma diversificação de perfis, motivações e áreas de atuação. Aproximadamente 34% da população acima de 16 anos declara ter participado de atividades voluntárias, com destaque para ações de educação, apoio social, mobilização comunitária e causas ambientais. Esses dados indicam um voluntariado em expansão, mais conectado a valores de cidadania e pertencimento do que a uma simples lógica assistencial.

Marcos teóricos: entre altruísmo, capital social e regimes de justificação

A literatura contemporânea sobre voluntariado revela um fenômeno multifacetado. Para Bourdieu (1989; 1996), o engajamento voluntário pode ser compreendido como espaço de acumulação de capital social, cultural e simbólico, onde redes, saberes e prestígio se entrelaçam na produção de reconhecimento. Indivíduos de maior escolaridade e recursos tendem a ocupar posições de liderança, reproduzindo desigualdades, enquanto grupos populares enfrentam barreiras de tempo, mobilidade e informação.

A perspectiva da sociologia pragmática (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020) acrescenta que as ações voluntárias são justificadas por diferentes “cidades” ou ordens de grandeza — cívica, industrial, mercantil, doméstica, inspirada —, evidenciando que decisões de engajamento articulam valores heterogêneos, desde a solidariedade e o bem comum até expectativas de reconhecimento e aprendizagem. Esse enquadramento permite analisar a coexistência de motivações altruístas e interesses individuais, sem reduzi-los a opostos excludentes.

Já a teoria da identidade social (TAJFEL; TURNER, 1986) ilumina a dimensão subjetiva do voluntariado: ao integrar grupos e projetos, indivíduos reforçam pertencimentos, elevam autoestima e constroem narrativas coletivas. Esse processo pode gerar tanto coesão quanto exclusão, dependendo de como são desenhadas as fronteiras do grupo. Para experiências comunitárias como o Ecomuseu de Sepetiba, essa lente teórica explica como a prática voluntária transforma laços afetivos em ação sociopolítica, produzindo “memórias insurgentes” e reconfigurando sentidos de lugar.

O voluntariado comunitário no Ecomuseu de Sepetiba: práticas, vínculos e disputas de sentido

A experiência do Ecomuseu de Sepetiba insere-se no universo das práticas voluntárias territorializadas, aquelas que emergem de necessidades concretas da comunidade e se enraízam na história e na memória local. Diferentemente de modelos de voluntariado episódico ou corporativo, marcados por temporalidade curta e objetivos pontuais, o engajamento em Sepetiba nasce de um vínculo afetivo com o território e de um sentimento de corresponsabilidade frente ao abandono histórico do bairro. Essa disposição se aproxima do que Varine (2012) denominou “patrimônio a serviço do desenvolvimento local”, em que os habitantes são sujeitos e guardiões de seu próprio legado.

O bairro de Sepetiba, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, carrega marcas de racismo ambiental, degradação de ecossistemas e invisibilidade nas políticas públicas, configurando-se como zona de sacrifício, assim com todos os territórios que margeiam a baía de Sepetiba. Nesse cenário, o surgimento do Ecomuseu configura uma resposta comunitária à marginalização, convertendo a memória e a educação patrimonial em instrumentos de afirmação identitária e cidadania (PRIOSTI, 2004; WILD, 2018). A ação voluntária, portanto, não é mero ato de caridade, mas gesto político, gesto de reivindicação do “direito à história” e do “direito ao lugar” (CHAGAS, 2007).

Localizado às margens da Baía de Sepetiba, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o bairro de Sepetiba possui uma história marcada por diversidade cultural e transformações socioambientais. O topônimo, de origem tupi, significa “muito sapê”, referência à vegetação que recobria a região. Desde o período colonial, Sepetiba exerceu papel estratégico como porto de escoamento de madeira, pescado e produtos agrícolas oriundos da antiga Fazenda de Santa Cruz, da mala real, do quinto do ouro, mantendo intensa circulação de pessoas e mercadorias. Ao longo do século XIX e XX, o bairro consolidou-se como balneário, sendo apelidado de “Princesinha da Zona Oestes” e a baía que dá nome ao bairro apelidada de “baía dos milagres”, devido às propriedades curativas da areia e da lama provenientes da praia de Sepetiba rica em monazita, frequentado por veranistas e reconhecido por suas praias e paisagens, integrando um imaginário de lazer e refúgio junto à baía. Entretanto, a partir da década de 1970, com a construção do porto de Itaguaí, o avanço industrial, a dragagem mal executada do porto e a falta de saneamento resultaram em severa degradação ambiental, estagnação econômica, queda da atividade pesqueira e progressivo esvaziamento turístico. Hoje, Sepetiba convive com contradições: preserva memórias de um passado próspero e lida com desafios sociais

e ecológicos típicos de territórios periféricos, demandando políticas públicas de recuperação e reconhecimento. (WILD, 2018).

É nesse cenário de perdas e invisibilidade que surge o Ecomuseu de Sepetiba, concebido no final da década de 2000 por moradores, pesquisadores e educadores engajados em recontar a história local e valorizar o território. Inspirado na concepção de museologia social (VARINE, 2012; CHAGAS, 2007), o Ecomuseu entende o bairro como seu acervo e os habitantes como protagonistas do processo museológico. Sem se restringir a um edifício, assume a forma de rede viva: organiza passeios de reconhecimento histórico-ambiental, rodas de lembranças, exposições itinerantes e ações educativas que combinam pesquisa, patrimônio cultural e sustentabilidade. Ao registrar histórias orais, recuperar fotografias e mapear bens ambientais, o Ecomuseu transforma a narrativa de “bairro esquecido” em afirmação de identidade e direito ao lugar. Mais do que conservar objetos, promove a reexistência comunitária, articulando memória, meio ambiente e cidadania em um movimento de resistência simbólica e esperança para Sepetiba (FAVELASUSTENTÁVEL, 2023; CADASTRO MUSEUS, 2022; PRIOSTI, 2019).

Sob a ótica bourdieusiana, a participação no Ecomuseu mobiliza formas de capital social (redes de apoio, relações de confiança), cultural (conhecimentos históricos, ambientais) e simbólico (prestígio e reconhecimento local), convertendo a vivência voluntária em mecanismo de fortalecimento coletivo (BOURDIEU, 1989; 1996). Esse processo não está isento de tensões: a rotatividade de voluntários, as divergências político-partidárias e a disputa por legitimidade entre atores locais revelam que o campo do voluntariado também é espaço de poder, hierarquias e negociação de sentidos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020).

A teoria da identidade social (TAJFEL; TURNER, 1986) ajuda a compreender por que o pertencimento ao Ecomuseu produz autoestima, coesão e sentimento de “nós”. A categorização de “moradores” ou “crias” versus “visitantes” ou, por exemplo, influencia quem é percebido como legítimo porta-voz da memória. Esse mecanismo pode tanto fortalecer solidariedades quanto gerar exclusões, dependendo de como se constroem as fronteiras simbólicas. Em Sepetiba, os processos participativos — rodas de memória, oficinas, exposições itinerantes — têm buscado ampliar o círculo de pertencimento, reduzindo hierarquias internas e estimulando o protagonismo de diferentes perfis de moradores.

Outro aspecto central é a justificação moral do engajamento: os voluntários do Ecomuseu frequentemente articulam valores cívicos (bem comum, cidadania), inspirados (vocação, missão pessoal) e, em menor grau, mercantis (oportunidades de formação, editais). Essa pluralidade confirma que a motivação voluntária não se reduz a altruísmo puro, mas combina desejo de transformação social, busca de reconhecimento e necessidade de autorrealização (GODINHO, 2024; VITORELI et al., 2020). Tal quadro exige das lideranças comunitárias uma gestão cuidadosa de expectativas, papéis e recompensas simbólicas, a fim de evitar frustrações e rupturas.

A prática cotidiana do Ecomuseu, ao valorizar educação ambiental e patrimonial, rodas de lembranças, exposições comunitárias e ações culturais, também gera um aprendizado tácito sobre o território: cartografias afetivas, narrativas orais, arquivos pessoais tornam-se patrimônio compartilhado. Esse processo dialoga com a museologia social como defendida por Priosti (2005) e Chagas (2007), que reconhece nos sujeitos comunitários a legitimidade de produzir e gerir sua memória. Ao se engajarem, os voluntários constroem não apenas um “museu”, mas um espaço glocal — simultaneamente local, por ser enraizado no bairro, e global, por dialogar com redes de museologia social e movimentos de patrimônio vivo (VARINE, 2012).

Essa construção de sentido repercute também na autoestima coletiva. Muitos moradores relatam que, antes das ações do Ecomuseu, Sepetiba era “um lugar sem história” ou “bairro esquecido”. A divulgação de fotografias antigas, a recuperação de narrativas familiares e a revalorização dos ecossistemas costeiros ressignificam o imaginário local, transformando “ausência” em “presença”. Conforme observa Bauman (2003), a busca por comunidade em tempos líquidos responde a um anseio de segurança e identidade; o Ecomuseu oferece, nesse contexto, uma **“ilha de pertencimento”** capaz de mitigar a sensação de fragmentação social.

Contudo, é necessário reconhecer que o voluntariado comunitário também enfrenta limites estruturais: precariedade de recursos, dependência de lideranças, riscos de cooptação político-partidária e sobrecarga emocional dos envolvidos. Para que a prática mantenha seu potencial emancipador, torna-se imprescindível fortalecer a autogestão, a formação continuada dos participantes e o diálogo com políticas públicas de cultura, educação e meio ambiente. O desafio é evitar que o voluntariado substitua obrigações do Estado, transformando-se em paliativo que mascara desigualdades — crítica já formulada por Wacquant (2007) ao analisar a retração do welfare e o avanço do Estado penal.

Em síntese, o voluntariado no Ecomuseu de Sepetiba representa um “ato de reexistência”. Ao entrelaçar memória, identidade e ação coletiva, transforma carências históricas em oportunidade de protagonismo, fortalece vínculos afetivos e amplia o repertório de cidadania. Essa experiência sugere que, quando territorializado, crítico e inclusivo, o voluntariado pode transcender o assistencialismo e converter-se em prática política de afirmação de direitos e transformação social.

Considerações finais

A trajetória analisada ao longo deste trabalho demonstra que o Ecomuseu de Sepetiba não se reduz a um projeto cultural ou a uma simples reunião de objetos e documentos: ele se configura como processo vivo de mobilização comunitária, capaz de transformar memórias dispersas em narrativa coletiva, e laços afetivos em práticas de cidadania. Enraizado em um território historicamente marcado por exclusão, racismo ambiental e invisibilidade, o Ecomuseu traduz a potência de uma museologia social que nasce do chão da comunidade e devolve à comunidade a gestão do seu patrimônio.

Do ponto de vista sociológico, a experiência evidencia como o voluntariado é atravessado por múltiplas dimensões – altruísmo, reconhecimento, construção de identidades, disputas simbólicas e regimes de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 2020). O engajamento voluntário, em Sepetiba, revela tanto os benefícios (fortalecimento do capital social, autoestima, vínculos de pertencimento) quanto os limites (rotatividade, conflitos políticos, precariedade de recursos). Conforme sugere Bourdieu (1989), os campos sociais são permeados por hierarquias e interesses; reconhecer essa complexidade permite gerir expectativas, reduzir frustrações e potencializar a ação coletiva.

Os desafios se manifestam em diferentes escalas. Em nível estrutural, a insuficiência de políticas públicas, a degradação ambiental da Baía de Sepetiba e o déficit de infraestrutura urbana mantêm a comunidade em situação de vulnerabilidade. Em nível institucional, a sustentabilidade do Ecomuseu depende de recursos financeiros estáveis, capacitação continuada dos voluntários, ampliação de parcerias com universidades e órgãos públicos. No plano simbólico, persiste o desafio de garantir que a memória comunitária não seja apropriada por grupos político-partidários, preservando a autonomia e o caráter inclusivo do processo museológico.

Apesar dos entraves, o Ecomuseu projeta perspectivas promissoras. A consolidação de redes com outros ecomuseus e museus comunitários, o diálogo com programas de educação ambiental, a inserção em editais de fomento cultural e a produção de materiais pedagógicos sobre a história local são caminhos para ampliar visibilidade e legitimidade. A articulação com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – especialmente educação de qualidade, redução das desigualdades e ação pelo clima – fortalece a possibilidade de acessar recursos e integrar políticas de desenvolvimento territorial.

A médio e longo prazo, a formação de novas lideranças e a renovação geracional constituem fatores centrais para a perenidade do projeto. Incentivar jovens a participar das rodas de memória, das ações educativas e das oficinas patrimoniais significa garantir que o Ecomuseu continue vivo, dinâmico e sintonizado com os desafios contemporâneos. Como lembra Varine (2012), “o patrimônio só faz sentido se servir ao futuro das comunidades”; em Sepetiba, esse futuro é tecido no cotidiano, pela persistência de moradores que insistem em narrar e reconstruir o que lhes foi negado.

Por fim, esta pesquisa reforça que o voluntariado comunitário, quando territorializado, crítico e reflexivo, transcende o assistencialismo e converte-se em prática política de reexistência. Memória, identidade e meio ambiente articulam-se em um gesto de afirmação do direito ao território e à história. O Ecomuseu de Sepetiba, ao protagonizar essa virada simbólica, oferece à cidade do Rio de Janeiro – e ao campo museológico – um exemplo de como comunidades periféricas podem reinventar narrativas e reivindicar futuros possíveis, mesmo em contextos adversos.

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BATISTA, Elenaldo Celso Teixeira. A participação social e o voluntariado: interfaces com a saúde e a cidadania. *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 2, 2003.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- COSTA, Ana Cristina Juvenal da. O voluntariado como estratégia de mobilização de capital social. *Revista Katálysis*, v. 13, n. 1, p. 111–118, 2010.
- CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- COUTO, Carlos Nelson. O trabalho voluntário e o sentido da vida. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 2, 2002.
- FISCHER, Rosa Maria (org.). *Voluntariado e Terceiro Setor: ensaios sobre a participação social*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODINHO, L. A. F. et al. *Motivação dos voluntários em projetos sociais*. *Revista Foco*, v. 17, n. 1, e4242, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-147>



LAFAYE, Claudette; THÉVENOT, Laurent. Justificações do valor da natureza: entre equidade e ambiente. *Revista Sociologia & Política*, n. 16, 2001.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Tradução: Eduardo Abranches Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

MARTINS, Paulo Sérgio. Trabalho voluntário: entre o altruísmo e a cidadania. *Serviço Social & Sociedade*, n. 77, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. As contribuições da Sociologia Pragmática francesa à análise das políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, 2012.

MEIRELLES, Laís de Souza. *O perfil do voluntariado no Brasil*. São Paulo: Fundação Itaú Social / IBOPE, 2001.

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; ARAÚJO, M. R. M.; BARBOSA, I. H. A. Motivação para trabalho voluntário: proposição de um modelo abrangente. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 40, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.9429>

PRIOSTI, Odalice Miranda. *Das Terras de Piracema ao Ecomuseu do Quarteirão: a resposta cultural de Santa Cruz*. Monografia de Bacharelado. Rio de Janeiro, UNIRIO, Escola de Museologia: 1997

_____. O embrião iconográfico na gênese do museu social. In: *Museology & Art / Coord. Tereza Scheiner*. Rio de Janeiro, Tacnet Cultural: 1996 (ICOFOM study series: 26)

_____. Ecomuseu como pedagogia de Desenvolvimento Sustentável. In: VI Reunião da RED-POP (Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia na América Latina e Caribe)-RED-POP/UNESCO, Rio de Janeiro: 1999

_____. Turismo na ótica ecomuseológica: pedagogia de valorização do patrimônio. In: *Atas do Seminário “Sustentabilidade e Qualidade em Turismo – Hotéis para pequenas cidades”* GEAP/ EMBRATUR .UFRJ/FAU/{PROARQ/ LABELT, Cabo Frio: 1999.

PRIOSTI, O. e Varine, H. de. O Novo Museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários .XII Atelier do MINOM –Portugal – Lisboa / Setúbal : 2007 In : *Museologando / Fórum* - www.minom-icom.net.

PRIOSTI, Odalice Miranda. *Museologia da Libertação e a construção democrática do patrimônio do futuro*. In: *Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM*, Rio de Janeiro, 2004. (CDROM).

_____. A vocação política dos processos museológicos comunitários-Origens e processos-Mesa Redonda no XI Atelier Internacional do MINOM, Molinos II, Espanha, 2005.

_____. Carta aberta aos membros da Lista Interactions-Online In: www.interactions-online.com. 2007.

_____. Ecomuseu urbano e iniciativas comunitárias: autonomia, liberdade e cidadania. In: *Atas do II Encontro Internacional de Ecomuseus - Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: NOPH- Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, 2000. (CDROM).

- _____. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: território de memória e instrumento da comunidade. Dissertação de Mestrado em Memória Social, UNIRIO-Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2000
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SAWAIA, Bader. Ações voluntárias e ética da solidariedade. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, 2005.
- SATURNINO, Maria do Carmo. Trabalho voluntário e realização espiritual: um estudo a partir do pensamento de Viktor E. Frankl. **Horizonte*, v. 17, n. 54, p. 1649, 2019.
- SILVA, Livia de Oliveira et al. Participação social e saúde mental: a experiência de voluntariado de usuários de saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2012.
- SPOSATI, Aldaíza. Assistência social: direitos ou favores? In: *Política Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.
- TAJFEL, Henri; TURNER, John C. A teoria da identidade social. In: WORCHEL, S.; AUSTIN, W. G. (Org.). **Psicologia social dos grupos**. São Paulo: EPU, 1986. p. 33–47.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- _____. Entrevista. Em: ROJAS, Roberto (org.). *Os museus no mundo - Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. BIBLIOGRAFIA* Falésias entre as praias de Barreiras e Picos
- _____. O museu comunitário é herético? In: *Jornal Quarteirão*- no. 67 - Maio/Junho 2006 . Rio de Janeiro, NOPH : p. 12-15. Disponível em www.interactions-online.com-março/abril-2005
- _____. *Ethique et Patrimoine-La décolonisation de la muséologie*. In: *Nouvelles de l' ICOM -Paris: ICOM, 2005 n° 3-vol.58*
- _____. *Partilhar o Patrimônio: Por quê? Como? -Atas do III EIEMC/ X Atelier Internacional do MINOM, em arquivo digital (CD Rom) Rio de Janeiro: NOPH, 2004, 70.*
- _____. *Patrimônio e Educação*. In: www.interactions-online.com, fev.2003.
- _____. *A nova museologia: ficção ou realidade*. In: *Museologia social*. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 2000, 22-33 pp.
- _____. Entrevista para Odalice Priosti. 1997. In: *Jornal Quarteirão* n° 26.1998.
- _____. Entrevista para Mário Chagas. 1995. In: *Jornal Quarteirão* n° 21. 1997.
- _____. *A Respeito da Mesa Redonda de Santiago*, in: *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo -Documentos e Depoimentos*. São Paulo: Comitê Nacional Brasileiro do ICOM. p. 17 –19 (mimeo), 1995.
- VITORELI, M. C. et al. *Relação entre trabalhos voluntários e felicidade: estudo de caso em empresas no interior de SP*. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 14230–14242, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n3-333>
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

WILD, Bianca de Moura e ALMEIDA, Bruno C. Espelho onde se revê e se descobre a própria imagem: O Movimento Ecomuseu de Sepetiba: Desafios e perspectivas. IV encontro internacional de Ecomuseus e museus comunitários, 2012, Belém, Pará. Disponível em: <
<http://www.abremc.com.br/pdf/3art/4.pdf>>

_____. O Ecomuseu de Sepetiba: fortalecendo identidades locais e criando conexões globais. 23ª ICOM – Conferência internacional de museus, 2013, Cidade das Artes, Barra da tijuca, Rio de Janeiro/ RJ.

WILD, Bianca de Moura. Os Ecomuseus e museus comunitários e os desafios da acessibilidade e da inclusão. Revista Museologia e Interdisciplinaridade, v.6, n.12, p.180-191, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/19398/19204>; acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Acessibilidade, inclusão e Museologia social. Rede de Redes [recurso eletrônico] – diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil / Joselaine Mendes Tojo, Lilian Amaral (organizadoras). - São Paulo, 2018. Modo de acesso: World Wide Web: <https://www.sisemsp.org.br/redederedes>

_____. Asas e raízes. Rotas da Memória, Entre Pontos Cariocas/ Lilian Amaral e Cláudio Barriá Mancilla (Org.). Rio de Janeiro, Instituto de Arte Tear, 2018. Suporte eletrônico, formata Ebook, disponível em: http://institutotear.org.br/e-book_rotas_da_memoria/.

_____. O Ecomuseu de Sepetiba: construção e gestão da memória local. O despertar da comunidade? / Bianca de Moura Wild.- Duque de Caxias, 2018. 241 f.: il.; 30 cm.